



“Malhas que os Impérios Tecem”: Como reflectir hoje sobre os libelos anticoloniais do século XX

■ BEJA
 SANTOS
 ■ Colaborador



“MALHAS que os Impérios Tecem - textos anticoloniais, contextos pós-coloniais”, com organização de Manuela Ribeiro Sanches (Edições 70, 2011), é uma investigação suculenta e arrojada que abre um amplo leque de interrogações aos múltiplos olhares anticoloniais que conduziram a reivindicações à autodeterminação e à independência das antigas colónias europeias.

Foram muito diversas as respostas a estes diferentes apelos, denúncias e protestos, neles estiveram envolvidos as duas superpotências de então, firmemente apostadas em enquadrar os diferentes movimentos libertadores, quando os colonizadores partiram ou mudaram de rosto. No entanto, o leigo curioso em conhecer a génese do pensamento anticolonial e o seu desfecho não possui uma visão linear do que foi a contestação anticolonial; é comum aceitar-se que todo este processo histórico parece ter sido o resultado natural dos resultados da II Guerra Mundial, da emergência de um movimento de povos não-alinhados, da descoberta da negritude com a afirmação da identidade africana, e tal descolonização teria sido em muitos casos recuperada para neocolonialismo, diferendos da Guerra

Fria, a que se teria seguido um tático abandono conjuntural dos novos países independentes à deriva até à retoma das ambições com um novo surto neocolonial, a que países emergentes, como o Brasil, a China e a Índia, passaram a ter interesses fulcrais, tanto para acesso a matérias-primas como para a expansão de mercados.

Pois bem, este livro tem um inegável mérito, através de textos anticoloniais, dá instrumentos para responder à multiplicidade das perguntas desse leigo curioso.

Os fundadores do pensamento anticolonial nasceram ou mobilizaram-se à volta da questão do negro nos EUA e, mais tarde, nas Caraíbas. Ganharam consciência da diferença racial e foram à procura das raízes da negritude em África. Assim se chegou à consagração do pan-africanismo.

A antologia abarca cerca de 70 anos de concepção e prática anticolonial. Começa com um texto de W.E.B. Du Bois, publicado em 1903, em que reivindica uma dignidade perdida e se denuncia a ausência de direitos políticos e civis. Essa tónica será dominante até ao termo da II Grande Guerra. Entretanto o Harlem tornava-se num santuário do protesto afro-americano. Na esteira de Du Bois, Alain Locke, nos anos 20, escreve: “O Harlem atraiu o Africano, o Caribenho, o Americano negro, reuniu o Negro do Norte e do Sul, o homem da cidade e da aldeia; o camponês, o estudante, o homem

de negócios, o profissional, o artista, o poeta, o músico, o aventureiro e o operário, o pregador e o criminoso, o oportunista e o pária social... há que admitir que, até agora, os negros americanos foram mais uma designação racial do que uma realidade factual, mais um sentimento do que uma experiência”. E remata com uma frase de escândalo: “A perseguição está a tornar o Negro internacional, tal como sucedeu com o Judeu”.

Senghor, o senegalês, e Aimé Césaire, da Martinica, irão pôr de pé a negritude e o orgulho do crioulo. São dois textos indispensáveis para se entender tal elaboração teórica, nascia uma nova problematização da cultura no Negro e a sua influência nas artes do mundo ocidental.

Em meados do século, viajantes negros provenientes de países ocidentais chegam a África, como é o caso de George Lamming, que sublinha as diferenças a partir da realidade observada no Gana. Na sua sequência, vários outros autores começam a encontrar ligações na via revolucionária graças ao que se tinha passado na Europa a partir da Revolução Francesa. Há mesmo um autor que identifica a revolução cubana um pouco à semelhança do que os escravos do Haiti tinham feito para se revoltarem, no início do século XIX, como é óbvio em resultado da Revolução Francesa.

Obrigatoriamente, a antologia confere destaque aos nacionalistas que se exprimem em portu-

guês, dá primazia a Mário Pinto Andrade, Eduardo Mondlane e Amílcar Cabral. Aqui o contexto é de que os assimilados rejeitam claramente os formatos coloniais, buscam a identidade e fazem um apelo explícito à libertação.

Mário de Andrade no prefácio à Antologia Temática de Poesia Africana, que só viria a ser publicada em Portugal em 1975, diz, sem margem para equívocos: “A poesia africana de escrita portuguesa e crioula, sob o condicionamento da dominação colonialista, articula-se intimamente ao movimento de libertação nacional. Ela ritma o longo combate: negar a negação e realizar a emergência histórica dos povos. Actores sociais no acto cultural por excelência, a luta armada, formularam então um novo discurso poético. Nos dois momentos, os poetas universalizaram os signos da luta pela independência nacional”.

Em meados do século, Georges Balandier escreve um texto seminal sobre a situação colonial no pós-guerra, à semelhança da queda dos impérios ocorrida na I Guerra Mundial, os colonizados descobriam a sua história, as suas elites, educadas nas metrópoles coloniais, lançaram o grito de protesto e foram conseguindo obter a independência, com muito, pouco ou nenhum vínculo,

com a potência colonizadora. Daí a importância que os teóricos e doutrinadores passaram a atribuir à cultura nacional, indispensável para expurgar a cultura dos colonos.

A antologia publica textos de grande importância, como os de Aimé Césaire, Frantz Fanon e Amílcar Cabral. Este mesmo pensamento anticolonial aprendeu a denunciar os artifícios da potência colonial para continuar a manter as suas prerrogativas junto da antiga colónia (neocolonialismo) ou usar como arma doutrinária a descodificação de como as estruturas sociais podiam ser habilmente aproveitadas para a potência colonial cavar divisões na sociedade colonizada: Kwame Nkrumah e Eduardo Mondlane mostram claramente esses riscos e astúcias.

Nkrumah escreve: “O maior perigo que a África enfrenta actualmente é o neocolonialismo, cujo principal instrumento é a balcanização. Este termo define de modo particularmente correcto a fragmentação da África em estados pequenos e fracos; foi inventado para designar a política das grandes potências que dividiram a parte europeia do antigo Império Turco e criaram na península balcânica vários Estados dependentes e rivais entre si”.

Mondlane desmonta o lusotropicalismo de Gilberto Freyre, observando que administradores coloniais com a dimensão de António Enes ou Mouzinho de Albuquerque não se preocuparam em esconder a base de desigualdade e racismo contida nos seus pontos de vista sobre a questão colonial.

Mondlane, à semelhança de Amílcar Cabral, denuncia o conceito de civilizado, de assimilado e de indígena e como esta categorização exacerbou conflitos étnicos com base em desigualdades raciais. O dirigente da FRELIMO atribuiu grande importância à revolta dos intelectuais na resistência à dominação colonial, concluindo pela apologia à unidade dos diferentes povos moçambicanos. Amílcar Cabral, também num texto tido como de referência, intitulado “Libertação Nacional e Cultural”, de uma conferência pronunciada nos EUA, em 1970, também se debruça sobre a derrota cultural do colonialismo, encarando a luta armada como instrumento de unificação e de progresso cultural”.

A latitude desta antologia garante a todos os interessados, sobretudo àqueles que têm um olhar mais distanciado sobre os acontecimentos da descolonização, um conhecimento aprofundado de décadas de propostas de militantes anticoloniais oriundos de vários continentes e que contribuíram para algumas das mudanças fundamentais da geografia política do século XX.

“ESTE LIVRO TEM UM INEGÁVEL MÉRITO, ATRAVÉS DE TEXTOS ANTOLÓGICOS, REVELAR A HISTÓRIA FUNDAMENTADA DAS CORRENTES ANTICOLONIAIS”